

O que promove a participação política? um estudo de caso com as prostitutas da rua guaicurus

Juliana Góes¹

Resumo

As prostitutas estão entre as mulheres mais vulneráveis da sociedade e, no Brasil, são majoritariamente mulheres negras e com baixa escolaridade. Por causa desse perfil, os estudos sobre o comportamento político previam que esse grupo social seria menos propenso à participação política. No entanto, as organizações de prostitutas têm crescido e se expandido por todo o Brasil. O que tem promovido o engajamento dessas mulheres? O artigo trata dessa questão através de um estudo de caso sobre a participação das mulheres da Rua Guaicurus, localizada em Belo Horizonte e um dos maiores complexos de prostituição do Brasil, com especial atenção à Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG). Argumento que a participação das prostitutas é explicada pela interação entre quatro fatores: identidade coletiva, redes, retribuições e desenhos de instituições participativas. Também argumento que esses fatores integram três fases da participação política: iniciação, manutenção e ampliação.

Palavras-chave: Participação. Associativismo. Prostituição. Movimentos Sociais. Comportamento Político.

I Introdução

Queria e quero um movimento revolucionário [...]. Uma organização revolucionária sempre tem que se lembrar de que seu alvo não é fazer com que seus partidários escutem as convincentes palestras de líderes especialistas, mas conseguir fazê-los falar por si mesmos, para que alcancem [...] o lugar da participação política. Quando minhas amigas putas estavam lá desfilando lindas e altivas, sem vergonha de ser puta, elas estavam falando por si

¹ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, cursa doutorado em Sociologia pela Universidade de Massachusetts – Amherst (UMass – Amherst). E-mail: jgoes@umass.edu



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

mesmas e sendo políticas, extremamente políticas revolucionárias. (LEITE, 2005 *apud* LENZ, 2014, p. 212-213).

Desde a década de 1980, as associações de trabalhadoras do sexo têm se expandido por todo o país e, como manifesto na citação acima, essas mulheres têm desfilado “[...] lindas e altivas, sem vergonha de ser puta, [...] falando por si mesmas e sendo políticas” (LEITE, 2005 *apud* LENZ, 2014, p. 212-213). No caso da Guaicurus, um complexo de prostituição localizado em Belo Horizonte/Minas Gerais, não é diferente. Lá, atualmente, encontra-se a Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG), cujo crescimento é tal que, se antes a política da cidade funcionava sem precisar ouvi-la, agora os candidatos à prefeitura procuram a associação para obterem o seu apoio (FONSECA, 2016, [s. p.])².

Esta pesquisa nasce diante desse crescimento. A pergunta que a orienta é: por que as prostitutas da Guaicurus participam politicamente? A participação, aqui, é entendida como uma ação orientada para a construção e para a manutenção de uma coletividade e, neste artigo, foco no engajamento das prostitutas na APROSMIG. Além disso, o interesse principal desta pesquisa é a compreensão da participação política no nível individual³. Já o argumento desenvolvido é que a participação das prostitutas pode ser entendida através da análise da interação entre a identidade coletiva, as redes sociais, as retribuições pessoais e o desenho das instituições participativas. Esses fatores explicativos foram retirados de diferentes modelos analíticos sobre a participação política; e, considerando isso, também argumento que a compreensão do porquê as pessoas participam é melhor alcançada pelo diálogo entre esses modelos do que pela aplicação de apenas um, bem como tento avançar na análise sobre como os fatores citados interagem no caso analisado.

Neste artigo, também analiso o que contribui para a manutenção da participação política. De maneira mais específica, argumento que os

2 Conforme reportagem intitulada “Campanha segue em ritmo acelerado em Belo Horizonte”, publicada em 19 de agosto de 2016, no jornal Estado de Minas.

3 A participação é um conceito em disputa, de forma que existem várias definições na literatura. A que foi utilizada aqui tem como único objetivo fornecer um recorte de pesquisa, e não se propõe como uma definição universal. Ver: Melucci, 1996; Avelar, 2007.

fatores acima citados se relacionam com três fases da participação política: iniciação, manutenção e ampliação. A primeira fase refere-se ao contato inicial com algum tipo de ação/grupo político. Já a segunda refere-se à continuidade desse contato. Por fim, a fase de ampliação representa a expansão da participação para novas esferas e o contato com diferentes associações/movimentos sociais.

O desenho desta pesquisa é embebido em perspectivas epistêmicas feministas e negras⁴ e envolve o uso de *mixed methods* (HESSE-BIBER; GRIFFIN, 2015). Para este trabalho, pesquisei o histórico da região e da associação, fiquei um ano realizando uma etnografia do local, utilizei dados de um *survey* da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)⁵ e realizei entrevistas em profundidade com as quatro lideranças da APROSMIG. Estes métodos foram usados em duas etapas. A primeira começou com a análise de trabalhos que relatam o histórico sócio-político da região e com a observação participante. A minha entrada no campo ocorreu através de uma conhecida que já tinha contato com a APROSMIG por distribuir camisinhas na região. Devo ressaltar, aqui, que essa pessoa é do movimento de mulheres negras, onde nos conhecemos. A minha entrada no campo, portanto, também foi o meu encontro, enquanto mulher, negra e criada na periferia, com as prostitutas de diferentes raças/etnias. No início, separei alguns dias da semana para ficar na associação com as lideranças, cadastrando e distribuindo camisinhas para as prostitutas que chegavam. Assim, pude começar a entender os significados que eram construídos na região. Com o tempo, passei a acompanhar as lideranças em alguns hotéis de prostituição e em reuniões externas, o que me fez ampliar a experiência de pesquisa.

Ainda como parte da primeira etapa, analisei os dados do *survey* da PUC Minas, que foi aplicado na Guaicurus para 304 prostitutas em 2016 (a APROSMIG estima que cerca de 5 mil mulheres trabalhem lá diaria-

4 Ver: Narayan, 1997; Collins, 2002; Haraway, [1995] 2009.

5 Esse *survey* foi coordenado pela Prof.^a Márcia Mansur e pela Prof.^a Elizabeth Fernandes. Ele é fruto de uma parceria do Estágio Profissionalizante de Psicologia e Políticas Públicas da PUC Minas com a APROSMIG, que possui os dados finais.

mente). O questionário desenvolvido tinha como objetivo reunir dados sobre: I – o perfil das mulheres que trabalhavam nos hotéis de prostituição; II – sobre a ocupação; III – sobre a relação delas com a APROSMIG e outros grupos políticos e; IV – sobre a relação entre prostituição e a sociedade. Essas informações foram úteis para me auxiliar a entender o contexto associativo da Guaicurus.

O fim da primeira etapa se deu com a triangulação das informações disponíveis. Essa triangulação, contudo, não seguiu os parâmetros matemáticos normalmente atribuídos ao *mixed methods*. Hesse-Biber (2012) desenvolve um conceito de triangulação alternativo, que ela chama de *loose boundary concept*. Tal conceito envolve a flexibilização da forma como os métodos são integrados para que a triangulação possa ser feita de maneira “interpretativista”; assim, ele foi aplicado nesta pesquisa.

Na segunda (e última) etapa, continuei com a observação participante, mas mudei o foco, pois passei a acompanhar mais intensamente as atividades que a APROSMIG fazia para mobilizar politicamente as prostitutas⁶. Ao final dela, realizei as entrevistas em profundidade com as lideranças. O foco das perguntas consistia na trajetória de militância destas mulheres. Ao fim, as informações levantadas novamente foram trianguladas, seguindo a mesma concepção de triangulação utilizada anteriormente.

Este artigo continua com uma breve exposição dos fatores explicativos da participação mapeados na literatura, considerando os modelos analíticos dos quais eles foram retirados. Em seguida, apresento uma análise do contexto da Guaicurus. Na sequência, analiso como os fatores explicativos mapeados incidem sobre a participação das prostitutas. Na conclusão, abordo como estes fatores interagem entre si para promoverem o engajamento, apresentando as três fases da participação política (iniciação, manutenção e expansão).

6 Destaco que, nesse segundo semestre, em Belo Horizonte, ocorreram eleições municipais. Essa situação atípica (ocorre apenas de quatro em quatro anos) fez com que vários políticos disputassem o voto das mulheres da Guaicurus. Porém, como não existia nenhuma representante da classe como candidata e muitas profissionais do sexo votavam em outras cidades, o impacto desse evento na região foi menor do que o esperado.

2 Por que as pessoas participam?

Há uma intensa produção teórica e empírica sobre a participação política e, na literatura, encontramos diversos fatores explicativos sobre tal fenômeno. Esses fatores estão conectados com diferentes modelos analíticos sobre o engajamento (AVELAR, 2007; VAZ, 2013). Neste artigo, não farei uma exposição detalhada de cada um destes modelos, mas destacarei os quatro fatores que mais se destacaram no caso analisado e os respectivos modelos que os enfatizam. Como já apontado na introdução, estes fatores são a identidade coletiva, as redes sociais, as retribuições pessoais e o desenho das instituições participativas.

Ressalto que estudos sobre o comportamento político preveem que grupos socialmente marginalizados sejam menos propensos à participação. Tal previsão é fundamentada em evidências empíricas da correlação entre o *status* socioeconômico e o engajamento (MILBRATH, 1965; VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Contudo, as prostitutas representam um dos grupos mais vulneráveis do mundo e a experiência das mulheres da Guaicurus exemplifica tal vulnerabilidade (ROBERTS, 1998). Considerando isso, o caso analisado é desviante em relação às previsões estipuladas pelos estudos sobre comportamento político.

A identidade coletiva e as redes sociais são fatores enfatizados pelo modelo da identidade. Esse tem como precursor análises marxistas segundo as quais as pessoas participariam após a identificação com uma classe. Os movimentos sociais que ganharam força na década de 1960, contudo, não se organizavam necessariamente por essa clivagem social – eles eram feministas, ambientalistas, pelos direitos civis etc. Essa observação fez nascer a teoria dos novos movimentos sociais, segundo a qual as “novas” mobilizações refletiriam uma sociedade pós-materialista e, por isso, fugiam das estruturas marxistas. Ao invés da consciência de classe; portanto, o que moveria os novos movimentos seria a identidade coletiva, ou seja, a conexão do indivíduo com uma clivagem social (HUND; BENFORD, 2004; ALONSO, 2009).

No seu início, esse modelo foi criticado por ser estruturalista. Cohen (1995, p. 697, tradução própria), por exemplo, alega que o paradigma da identidade estratifica a sociedade “[...] nos termos da habilidade (poder e

privilégio) dos atores em adaptarem-se às mudanças com sucesso (elites); no sucesso deles em garantirem proteção destas mudanças (operativos); ou na vitimização deles por elas (massas marginalizadas)”. Assim, as identidades seriam reações defensivas dos atores prejudicados com as mudanças sociais.

Para resolver esse problema, Melucci (1988, 1995, 1996, 2001) recorre ao interacionismo simbólico⁷. Ele conceitua identidade coletiva como “[...] uma definição interativa e compartilhada produzida por um número de indivíduos (ou grupos em um nível mais complexo) preocupados com a orientação de suas ações em um campo de oportunidades e restrições nas quais a ação toma lugar [...]” (MELUCCI, 1996, p. 70, tradução própria). Portanto, a identidade seria relacional e construída, ou seja, maleável no tempo e espaço. Além disso, ela representa a identificação do “nós” e do “outro”, e, dentro de um conflito social, permite se autoidentificar e identificar o inimigo (MELUCCI, 1988).

A perspectiva interacionista de Melucci foi base para vários estudos sobre as redes nos movimentos sociais, nos quais elas eram entendidas como local privilegiado de produção da identidade coletiva. Estes estudos “[...] focavam no intenso comprometimento e solidariedade gerados pela localização dentro de determinados *clusters* ou redes” (MISCHE, 2011, p. 86, tradução própria). Esses *clusters*/redes seriam construídos a partir da sobreposição dos laços dos espaços cotidianos (casa, vizinhança, igreja, entre outros) com os feitos nos movimentos sociais. Essa sobreposição também permitiria a de discursos e identidades (formação de uma identidade coletiva), bem como a participação do indivíduo em ações políticas (MISCHE 2003; DIANI, 2004). Porém, na tentativa de avançar na análise das redes, diferentes autores passaram a mapear “nós” e conexões entre pessoas, sem abordar a interação entre elas. Os indivíduos, então, foram tratados como “bolas de sinucas”, estruturas rígidas e fechadas que são formadas independentemente das interações com as outras e que permanecem as mesmas após tais interações (EMIRBAYER; MISCHE, 1998; EMIRBAYER,

7 Corrente sociológica que repousa em três premissas. A primeira é de que seres humanos agem em direção a coisas de acordo com o significado que essas coisas possuem para eles. A segunda premissa é que os significados de tais coisas derivam da interação social. Por fim, estes significados são manipulados e modificados através de um processo interpretativo pelas pessoas que estão lidando com eles. Ver: Blumer, 1969.

2009). Com isso, tais estudos se afastaram da perspectiva interacionista de Melucci, de modo que hoje há distintas formas de analisar as redes e relacioná-las com a identidade coletiva.

Mische (2011), por exemplo, identifica três tipos de análise. A primeira “[...] foca no intenso comprometimento e solidariedade gerada pela alocação do indivíduo dentro de redes particulares [...]” (MISCHE, 2011, p. 86, tradução própria). Ou seja, segundo essa análise, a identidade, lealdade e solidariedade produzidas em determinados espaços cotidianos, como a vizinhança, podem se transpor para a mobilização política. A segunda foca na construção da identidade por meio de mudanças abruptas nas redes, como intensas migrações. Já a terceira foca “[...] nas intersecções, ou pontes [entre diferentes grupos sociais], que criam recursos culturais, contribuindo para *status*, mobilidade, construção de coalizações e inovações culturais” (MISCHE, 2011, p. 86, tradução própria). Essa análise prioriza o intercâmbio entre diferentes grupos enquanto a primeira enfatiza conexões presentes em um grupo isolado⁸.

As redes também ganham destaque nos estudos sobre o engajamento militante que têm se consolidado na sociologia do militantismo (SAWICKI; SIMÉANT, 2011). Esses estudos costumam analisar “carreiras militantes”. Segundo Fillieule (2015), por exemplo, o engajamento é uma atividade processual, temporal e que varia em intensidade. Por isso, ele pode ser estudado através da análise dos relatos de vida dos militantes, ou seja, das carreiras destes. Além disso, a análise das carreiras significa entender as múltiplas redes/*clusters* nas quais o indivíduo está inserido, já que “[...] a inscrição dos atores sociais em múltiplos mundos e submundos, e que podem chegar a entrar em conflito, é uma característica fundamental da vida social contemporânea” (FILLIEULE, 2015, p. 205, tradução própria). Ou seja, o autor está preocupado com a interlocução entre as redes familiar, profissional, de amizade, entre outras, e a militante, pois sabe que modificações em uma destas afetarão as demais.

8 Silva e Ruskowski (2016) colocam um paralelo entre os *framings* e a identidade coletiva e os considera como uma mesma perspectiva teórica sobre a participação. Os *framings*, que se diferenciam da identidade coletiva por focarem nos enquadramentos interpretativos/ideológicos criados pelos movimentos sociais, permitem a análise de como movimentos criam discursos para recrutar novas pessoas (BENFORD; SNOW, 2000). Porém, neste caso, a categoria de identidade coletiva é suficiente para a análise, já que a preocupação aqui é mais com o que convence a pessoa a participar do que a ação de recrutamento de um movimento.

Com base nestes princípios analíticos, diversos estudos empíricos foram realizados. Segundo Sawicki e Siméant (2011), que fazem uma revisão destes princípios, o engajamento militante é facilitado por figuras tutelares (professores, militantes exemplares, amigos etc.), ou seja, “padrinhos” na rede dos indivíduos que, no processo de socialização, os impregnam com ideias que levam à participação. Assim, as redes poderiam ter um impacto positivo sobre o engajamento. Contudo, choques entre as múltiplas redes nas quais o indivíduo está inserido podem impactar negativamente a participação. Esses choques são motivados pela competição entre as diferentes redes/*clusters* pelos recursos do militante. Por exemplo, militar em organizações políticas demanda tempo que poderia ser convertido para atividades com a família. Logo, as redes podem promover tanto o engajamento quanto o desengajamento.

Os estudos sobre o engajamento militante constituem o que aqui denomino de modelo analítico do militantismo. Tal modelo possui debates semelhantes ao da identidade, principalmente no que tange à importância das redes. Contudo, ele se diferencia (i) por focar na ação política contínua (na manutenção da participação) e (ii) por ser oriundo das críticas ao estruturalismo que permeia os trabalhos sobre a identidade coletiva. Em relação ao primeiro ponto, a sociologia do militantismo diferencia o engajamento militante e a ação coletiva. Isto é, esse modelo analítico foca na ação política duradoura e consistente, excluindo a participação pontual em ações coletivas (SAWICKI; SIMÉANT, 2011; SILVA; RUSKOWSKI, 2016). Em relação ao segundo ponto, embora Melucci tenha proposto formas de contornar o estruturalismo nos debates sobre identidade coletiva, Fillieule argumenta que na “[...] maioria dos trabalhos, a identidade é concebida como dada de uma vez por todas, quando na realidade essa se inscreve melhor dentro de um processo de formação e reformulação continua [...]” (FILLIEULE, 2015, p. 202, tradução própria). Logo, é por considerar a persistência de visões estruturalistas nos debates sobre a identidade que o autor propõe a ideia de carreiras militantes e constrói um referencial teórico que considera a inserção do indivíduo em diferentes redes. A proposta de Fillieule, portanto, busca uma radicalização em direção a uma perspectiva interacionista.

As retribuições também são fatores explicativos abordados pelo modelo do militantismo. Gaxie (2015) nos auxilia a compreender esse fator. O autor bebe na obra de Olson (1999), para quem a decisão individual de participar ou não de uma ação coletiva é resultado de uma análise racional dos custos e benefícios da ação. Contudo, Gaxie critica a análise olsoniana por essa considerar apenas benefícios econômicos. Para ele, há possibilidade de recompensas simbólicas, de forma que ele define retribuições como “satisfações, vantagens, prazeres, alegrias, benefícios, gratificações, estímulos ou recompensas” (GAXIE, 2015, p. 134, tradução própria). Assim, Gaxie entende que as interpretações sobre o que são retribuições são subjetivas, ou seja, nem todos os indivíduos entendem os mesmos fatores como benefícios da participação (ou custos). Por exemplo, um indivíduo pode estar focado em ganhos econômicos e, outro, em amizades desenvolvidas nos grupos militantes.

Ainda, Gaxie (2015) diferencia as razões (objetivas) dos motivos (subjetivos). As primeiras se referem ao “para que se milita”, como o ganho de um direito social. As segundas se referem às retribuições individuais (o porquê militar). Logo, para o autor, o que os militantes buscam com a ação política é diferente dos fatores que explicam o seu engajamento. Ou seja, mesmo que as retribuições não estejam entre as razões pelas quais uma pessoa participa politicamente, não sejam deliberadamente buscadas como tais, elas ainda podem constituir fatores explicativos. Essa divisão consiste em outra crítica ao trabalho de Olson, para quem a análise racional, ou seja, a busca calculada por benefícios, é central.

Por fim, as retribuições impactam a participação através das inversões, processo no qual as gratificações oriundas do engajamento são apropriadas. Para entender tal conceito, Gaxie retoma a compreensão do indivíduo como um ser inserido em múltiplas redes. Segundo o autor, a manutenção do engajamento ocorre quando o indivíduo é capaz de inverter os benefícios da participação para diferentes esferas da sua vida, por meio das “[...] reações positivas no seu entorno, da melhora nas relações cotidianas, [...], da consideração do grupo de pares em que desejam entrar [...]”, entre outros (GAXIE, 2015, p. 144, tradução própria). Porém, Gaxie pontua que inversões negativas também podem ocorrer e que, quando a esfera da militância não está trazendo retribuições, as pessoas podem se desengajar.

Já os desenhos das instituições participativas (IPs)⁹, sobretudo conselhos, conferências e orçamentos participativos (OPs), são fatores explicativos destacados pelo modelo institucional. Com base no entendimento de que as instituições afetam o comportamento dos indivíduos, esse modelo afirma que novos desenhos institucionais, focados na promoção da participação e na inclusão de grupos historicamente marginalizados, podem explicar por que as pessoas participam (especialmente estes grupos)¹⁰. Fung e Wright (2001), por exemplo, afirmam que desenhos institucionais marcados por debates concretos e focados nas esferas locais (como a vizinhança e o local de trabalho), mas que se articulam regionalmente e nacionalmente por meio de uma supervisão centralizada, poderiam promover a participação de pessoas anteriormente apáticas politicamente. O fato de os debates saírem de ideias abstratas e focarem na resolução de problemas tangíveis já seria um estímulo à participação dos cidadãos. Além disso, como nestes desenhos o peso de cada indivíduo na decisão seria maior do que no voto (já que a participação é “mais direta”), as pessoas ficariam motivadas a participarem. Por fim, tais espaços possibilitariam a junção dos saberes técnicos com os populares, e isso também potencializaria a democratização da sociedade.

Avritzer (2008), todavia, mostra que a efetividade dos desenhos institucionais é afetada tanto pela existência prévia de uma sociedade civil engajada quanto pela vontade política dos atores governamentais, de forma que eles seriam suscetíveis ao contexto no qual se encontram e, por isso, nem sempre produziriam os resultados esperados por Fung e Wright. Além disso, diferentes estudos mostram que quem participa destes espaços normalmente já possui algum tipo de engajamento. Cunha (2012), por exemplo, argumenta que, na Conferência Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, a presença de mulheres se relaciona com a “dependência da

9 Arranjos híbridos que reúnem a sociedade civil e atores estatais para decisões sobre políticas públicas (de forma consultiva ou deliberativa) (AVRITZER, 2012).

10 Ressalto que a participação em IPs, assim como a participação em movimentos sociais, pode ser considerada um indicador de engajamento, ao invés de um fator explicativo da participação. Contudo, diferentes de organizações das sociedades civil, as IPs são espaços coordenados pelo governo com a finalidade de incluir a população nas decisões sobre políticas públicas e, para isso, elas possuem desenhos institucionais que auxiliam a atrair pessoas para a ação política. Reforço, portanto, que, quando cito as instituições participativas como fator explicativo para a participação, eu me refiro ao potencial democratizante dos seus desenhos institucionais.

trajetória” de participação (ou seja, pessoas com histórico anterior de engajamento). Atualmente, existe certo consenso de que os novos desenhos institucionais possuem limites no que tange à produção de novos engajamentos, mas que, através desses canais, “[...] os cidadãos têm [...] meios para compartilhar seus problemas, bem como para estabelecer ‘laços de solidariedade’ [...]” (WAMPLER, 2011, p. 47), visto que esses laços intensificam o engajamento. Tais espaços também seriam um local de formação, na medida em que permitem a troca de experiências entre os envolvidos (GAVENTA; BARRETT, 2010).

A análise do perfil de quem integra as IPs e o desenho institucional delas confirma a afirmação acima. Embora os conselhos não tenham presença forte de pessoas oriundas de grupos socialmente marginalizados, pois envolvem o processo de eleição de representantes e demandam certa *expertise* sobre a política tratada (LUCHMANN; BORBA, 2008; VAZ, 2013), os orçamentos participativos têm conseguido incluir indivíduos de baixa renda, mulheres, a população negra etc. (ABERS, 2000). Eles têm produzido espaços nos quais a população pode trocar experiências e soluções sobre problemas locais. Já as conferências, embora tenham um perfil de participantes elitizado à medida que chegam à etapa nacional, localmente abrangem perfis mais populares que os dos conselhos (mas não tanto quanto os dos orçamentos participativos). Além disso, quando focadas em determinados grupos marginalizados, como as conferências para idosos, pessoas com deficiência, LGBT, população indígena etc., conseguem ter relativo sucesso na inclusão de pessoas oriundas de tais grupos (AVRITZER, 2012; CUNHA, 2012; POGREBINSCHI, 2012).

O modelo institucional possui diferenças significativas em relação aos demais apresentados nesse tópico. Além de não ter influência evidente do interacionismo simbólico, enfatiza fatores não abordados anteriormente – o desenho das instituições. Contudo, à medida que os estudos empíricos foram se desenvolvendo, a potencialidade dos desenhos das IPs para explicar a participação se aproximou das redes. Isto é, segundo o modelo institucional, ao colocar diferentes esferas da sociedade (governamental e de movimentos sociais) em contato, os desenhos das IPs poderiam ampliar laços dos indivíduos com pessoas engajadas e, com isso, fortalecer o

engajamento. Porém, o papel dos desenhos institucionais continua tendo relevância específica, já que eles representam estruturas que facilitam ou dificultam a participação. Por isso, os desenhos das IPs devem ser analisados como um fator separado das redes.

Por fim, como explicitado na introdução, a utilização dos modelos analíticos apresentados de forma separada gera frutos limitados à explicação da participação. Por isso, a análise segue com uma exposição do contexto da Guaicurus e, em seguida, com a exposição sobre como os fatores mapeados impactam a participação e sobre a interação entre eles.

3 Contexto da guaicurus

A Guaicurus é uma rua localizada no centro de Belo Horizonte e conhecida por ser área de prostituição desde o surgimento da cidade. Essa área se estende para o quadrilátero ao redor da Guaicurus, composto pelas ruas da Bahia, Caetés, Curitiba e Oiapoque. Ao andarmos nessa região, avistamos vários prédios pequenos. No térreo deles funcionam alguns comércios, principalmente lanchonetes, estacionamento e shoppings populares. Quem não conhece a fama da área dificilmente identifica estes prédios como hotéis de prostituição. No entanto, milhares de prostitutas trabalham diariamente nestes hotéis, atendendo principalmente homens de classes populares¹¹. Os programas são rápidos e baratos. Como Barreto (2015) descreve, eles costumam durar entre 5 e 10 minutos e os valores variam entre R\$ 10,00 e R\$ 30,00.

Os donos dos hotéis conseguem alvarás como estabelecimentos de alta rotatividade e alugam a diária dos quartos para as prostitutas. Eles não as controlam. Pelo contrário, os donos dos hotéis se distanciam da venda de serviços sexuais e raramente aparecem no estabelecimento (que são coordenados pelos gerentes, funcionários deles). Esse distanciamento é necessário; afinal, para não serem acusados de promoção da prostituição (lenocínio), eles alegam que a única atividade comercial realizada é o aluguel dos quartos e que não são responsáveis pelo que as mulheres fazem dentro dos cômodos. As diárias, portanto, são o centro da relação entre as profissionais

11 No fim desta pesquisa, em 2017, havia cerca de 30 hotéis na região.

do sexo e os donos dos hotéis. Elas variam de 80 a 120 reais, pelo período das 8 às 18 horas (a prostituição na área é diurna).

Os hotéis são compostos por corredores longos com vários quartos pequenos onde as mulheres ficam na porta, nuas ou seminuas. A entrada de mulheres que não são prostitutas é proibida. Tal proibição almeja evitar que as esposas dos clientes agredam as trabalhadoras do sexo (algo que não é incomum no local). Para que eu realizasse esta pesquisa, a APROSMIG precisava convencer os gerentes a me deixarem entrar. A dinâmica dentro dos hotéis é simples: os homens andam pelos corredores observando as mulheres, escolhem uma, negociam com ela o tipo de serviço e o preço, entram no quarto, recebem o serviço e saem. Porém, há algumas diferenças entre os hotéis. Em alguns, os quartos sequer possuem janela. Em outros, a diária (mais cara) inclui café da manhã e academia. Ainda, os hotéis mais “luxuosos” possuem telas de TVs nos corredores, que costumam exibir filmes pornôs, espelhos em cima da cama, luzes vermelhas e música de fundo.

Em relação ao perfil das prostitutas, em sua maioria, as mulheres da região são cisgênero (embora haja travestis e transexuais)¹², negras (pretas ou pardas), com baixa escolaridade e há um considerável número de mães solteiras. Na pesquisa feita pela PUC Minas, por exemplo, das 304 entrevistadas, 66,45% eram negras, 26,32% eram brancas e as demais eram amarelas ou indígenas. Além disso, 25,99% delas estudaram somente até o ensino fundamental, 55,26% até o ensino médio e 18,43% tinham o nível superior incompleto ou completo. Ainda, 60,53% das respondentes são mães; destas, 84,78% são solteiras¹³ (51,31% do total das respondentes são mães solteiras). A necessidade de dar uma boa condição de vida para os filhos sempre aparecia nas conversas que tive com as prostitutas. Maria (nome fictício), por exemplo, uma mulher negra de 58 anos, semianalfabeta e com 30 anos de trabalho “na zona”, teve dois filhos quando ainda era jovem. Porém, ela se recusou a casar com os pais das crianças porque não os amava. Ser mulher, negra, solteira e com filhos, ainda mais nos anos 1980,

12 Mulheres transgênero (cuja abreviação é trans) se identificam com o gênero feminino, mas, ao nascerem, recebem o rótulo de homens por terem órgãos reprodutivos masculinos. Já as mulheres cisgênero são aquelas que se identificam com a identidade de gênero atribuída a elas pelo seu sexo biológico (JESUS, 2012).

13 Solteiras, divorciadas ou viúvas que moram sem nenhum(a) companheiro(a).

quando ela engravidou, eram motivos para ser excluída do mercado de trabalho. Nesse contexto, a prostituição foi a forma que ela encontrou para sustentar as crianças (sem se submeter a um casamento por necessidade). As prostitutas da região recebem em torno de R\$ 3.000,00 por mês¹⁴, mais que o dobro da renda média mensal das mulheres com apenas o ensino médio, que na amostra da PNAD 2015 consiste em R\$ 1.179,47¹⁵.

As trabalhadoras do sexo vivem vidas duplas. Elas utilizam nomes falsos (nomes de guerra) e falam para a família que trabalham como secretárias ou em outras ocupações. Para sustentarem suas histórias, elas atendem os clientes apenas no horário comercial. Destaco que a Guaicurus é um ponto nacional de prostituição. Entre as entrevistadas pela PUC Minas, por exemplo, cerca de 30% eram de fora da cidade. Algumas das mulheres que migram para a Guaicurus falam para a família que vão trabalhar com a venda de roupas. Além disso, algumas prostitutas de fora de cidade só exercem a profissão na Guaicurus. Elas optam por não terem clientes nos locais onde moram para diminuir as chances de serem reconhecidas na rua, fato que geralmente vem acompanhado de violência. Durante esta pesquisa, ouvi relatos de prostitutas que foram estupradas pelos companheiros quando estes descobriram que elas vendiam serviços sexuais (como uma forma de castigo), agredidas dentro de transportes públicos quando reconhecidas e humilhadas por colegas de faculdade que as viram na zona.

Em relação ao histórico participativo da região, destaco que, entre 1980 e 1990, devido às políticas de combate à AIDS, diversas entidades do terceiro setor e universidades foram financiadas pelo governo, bem como fundações privadas e agências internacionais, para realizarem ações de prevenção com prostitutas. Isso permitiu a entrada de algumas ONGs na Guaicurus, como o Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Minas Gerais (GAPA-MG) e o Mulher e Saúde – Centro de Referência de Educação em Saúde da Mulher (MUSA). Barreto (2015), que escreveu um dos relatos mais completos sobre isso, conta que esses dois grupos realizaram projetos que entendiam as próprias prostitutas como agentes de transformação e,

14 Valor fornecido pela Associação de Prostitutas de Minas Gerais.

15 Cálculo feito a partir da variável “Rendimento mensal do trabalho principal para pessoas de 10 anos ou mais de idade” e “Nível de instrução mais elevado alcançado”.

por isso, as treinavam como multiplicadoras do trabalho de prevenção. Além disso, nesse período, pesquisas sobre as vivências das prostitutas também foram financiadas, tais como “Putas Sedução”.

Esses grupos e pesquisas geraram espaços de debate sobre os direitos das prostitutas. Barreto (2008), em trabalho anterior, conta que Roberto Domingues (na época, presidente do GAPA-MG) convidou mulheres da Guaicurus para participarem do III Encontro Nacional de Trabalhadoras do Sexo, organizado pela Rede Brasileira de Prostitutas (RBP). Influenciadas por tal evento, elas começaram a desenhar uma associação e procuraram a Sandra Azerêdo, coordenadora do “Putas Sedução”, para alavancar a ideia. Dessa maneira, em 1994, surgiu a primeira tentativa de criação de uma associação de prostitutas no local. Essa tentativa não vingou, mas o GAPA-MG continuou a fomentar a auto-organização das prostitutas. O resultado foi o surgimento de lideranças que atuavam em momentos esparsos como integrantes da Associação de Profissionais do Sexo de Belo Horizonte (APS-BH). No entanto, essa perdeu força com o tempo.

Em 2009, nasceu a Associação de Prostitutas de Minas Gerais (APROS-MIG). Essa foi criada e é dirigida exclusivamente por prostitutas (ativas ou aposentadas). O perfil delas é composto por mulheres da classe popular (até o momento da pesquisa, nenhuma das quatro lideranças tinha ensino superior, uma se declarava negra e todas eram mães solteiras). O grupo, cuja sede é na Guaicurus, faz parte da Rede Brasileira de Prostitutas e tem como pauta principal o reconhecimento da prostituição como trabalho. Além disso, ele distribui preservativos, encaminha mulheres para postos de saúde e oferecem assistência jurídica e psicológica às prostitutas (em parceria com outras associações e universidades). Ainda, a APROSMIG cadastra todas as mulheres que buscam camisinhas na sede do grupo e esse cadastro já conta com mais de 2.500 nomes.

A APROSMIG também realiza atividades lúdico-políticas como o Puta Day (comemoração do Dia Internacional da Prostituta – 2 de junho), o Miss Prostituta e o Festival Sem Preconceito. Estas atividades têm como objetivo combater a “putafobia” e elevar a autoestima das profissionais do sexo. Mais recentemente, a APROSMIG idealizou e coordenou o Museu do Sexo das Putas. Esse consistiu em uma residência na qual dez artistas ficaram um mês imersos nos hotéis de prostituição da Guaicurus.

Por fim, exporei um pouco do padrão associativo da região em relação à APROSMIG¹⁶. Embora essa não possua um cadastro confiável de associadas, entre as entrevistadas pela PUC Minas, 18,75% se declararam parte do grupo. Esse número assemelha-se ao da cidade de São Paulo que, considerada como local com alto nível de associativismo, tinha 19% da população da cidade em associações (10% em grupos religiosos e 9% em grupos civis) (AVRITZER, 2004). Além disso, entre as respondentes que se afirmaram associadas à APROSMIG, 57,9% iam pelo menos uma vez por mês à sede do grupo; e, embora a maior parte tenha afirmado que vai unicamente em busca de camisinhas ou de serviços oferecidos, 12,28% delas afirmaram que se dirigem à sede com a finalidade de conversarem com as demais associadas ou para buscarem informações sobre questões relativas à profissão. Esse número é superior ao apresentado por Verba, Schlozman e Brady (1995 *apud* AVRITZER, 2004) em seu estudo sobre os Estados Unidos, que mostrou que menos de 10% dos filiados a associações de fato participavam dos grupos aos quais se vinculavam. Tais dados, portanto, sugerem que há um nível significativo de associativismo na Guaicurus.

4 Por que as prostitutas participam?

Como já mencionado, os fatores explicativos que se destacam no caso analisado são a identidade coletiva, as redes, as retribuições e o desenho das instituições participativas. O papel da identidade coletiva é facilmente percebido nos discursos das mulheres da Guaicurus. Elas se mobilizam enquanto *prostitutas*, *putas* e/ou *profissionais do sexo*. Em 2004, por exemplo, a Prefeitura de Belo Horizonte ameaçou fechar os hotéis devido ao programa Centro Vivo. Barreto (2008) conta que esse consistia em uma revitalização do centro belorizontino e, embora o programa não expressasse diretamente a expulsão das profissionais do sexo, “[...] ocorreram [...] batidas policiais, cassação de alvarás de funcionamento e fechamento de hotéis [...]” (BARRETO, 2008, p. 127). Portanto, estava ocorrendo uma “higienização” que implicaria a expulsão das mulheres para zonas distantes do centro da cidade. Esse conflito promoveu a união entre as prostitutas,

16 Existem outras associações que lá atuam, como a Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM). Porém, apenas a APROSMIG é exclusivamente composta por prostitutas; por isso, a análise foi focada nela.

ONGs locais e donos de hotéis. Estes grupos organizaram uma audiência pública, com a presença de Gabriela Leite (militante histórica da Rede Brasileira de Prostitutas) e do deputado Fernando Gabeira, autor do PL 98/2003 (para regulamentação da profissão). Inúmeras trabalhadoras do sexo compareceram e reivindicavam o direito de permanecerem no centro da cidade enquanto *prostitutas*. Contudo, como abordado no tópico teórico, a identidade coletiva não é apenas uma divisão entre grupos beneficiados e prejudicados por mudanças sociais. Ela é uma construção social, relacional e temporal (COHEN, 1995; MELUCCI, 1995, 1996). Por isso, é preciso analisar como a identidade coletiva é construída.

O termo *prostituta* é atribuído às mulheres da Guaicurus independentemente da vontade delas e, normalmente, de forma negativa. Porém, ao se afirmarem *prostitutas*, essas mulheres disputam o significado do termo bem como a posição social que esse lhes impõe. Contrariando as definições populares, nas quais o termo é associado a uma ofensa, a APROSMIG (2017, n.p.) define *puta/prostituta* como “[...] ser imensa, enorme, de dimensão não ignorável, independentemente da atividade que realiza”¹⁷.

Devido à conotação negativa do termo, todavia, muitas mulheres da Guaicurus o rejeitam e defendem o uso do termo *profissionais do sexo*. Durante o Museu do Sexo das Putas, por exemplo, algumas associadas reclamaram enfaticamente do nome escolhido e reivindicaram que o projeto fosse renomeado para Museu do Sexo das Profissionais do Sexo. Porém, tal termo também não possui ampla aceitação. Na pesquisa realizada pela PUC Minas, por exemplo, das 304 entrevistadas, apenas 17,6% afirmaram que preferiam ser chamadas de profissionais do sexo e 5,9% afirmaram que preferiam os termos *prostituta* ou *puta*. As demais, que representam 76,5% do total, afirmaram que preferiam ser chamadas pelo nome de guerra, garota de programa ou outros.

A negação da utilização dos termos *prostituta*, *puta* e *profissionais do sexo* relaciona-se com uma visão negativa sobre a profissão. Uma das perguntas realizadas na pesquisa citada, por exemplo, referia-se a como as

17 Cartilha “Prostitutas contra a violência”, produzida pela APROSMIG em 2017. As lideranças da associação apontam que, quando queremos dizer que alguém é “muito bom”, “imenso” ou “enorme”, usamos o termo “puta”. Por exemplo, quando queremos dizer que alguém é “um baita de um advogado”, dizemos “puta advogado”.

mulheres viam a prostituição. A pergunta era aberta; entre as respostas, encontramos: “Não fico com a consciência tranquila [por ser prostituta]”; “Não é dinheiro digno, é sujo”; “Ser prostituta não é trabalho”; “A prostituição não é uma boa profissão, não é algo direito”. Essas respostas, embora não predominantes, evidenciam que, mesmo entre as trabalhadoras sexuais, o estigma sobre a atividade se reproduz.

Tais evidências também surgiram na pesquisa de campo. Em uma conversa informal que tive com uma das mulheres da Guaicurus, por exemplo, perguntei a opinião dela sobre a regulamentação da prostituição. Ela afirmou que a prostituição era uma atividade pecaminosa e a venda de serviços sexuais só deveria ser tolerada para controlar os instintos dos homens (ela recebia clientes que buscavam extravasar desejos “proibidos”, como fazer sexo com a irmã). Contudo, reconhecer amplamente a prostituição seria errôneo pelo fato de essa ser uma prática suja. Perguntei-lhe, então, como ela se sentia em relação a isso. A trabalhadora do sexo abaixou a cabeça e, timidamente, disse que estava ali apenas porque precisava de dinheiro. Quando as mulheres da APROSMIG utilizam os termos *prostituta* ou *puta*, elas não estão apenas disputando o significado deles com outros grupos sociais, mas também negociando o que significa ser uma prostituta com as mulheres da própria zona (associadas ou não ao grupo).

Tal negociação faz variar o impacto da identidade coletiva sobre a participação. Em situações de intenso conflito e na qual as mulheres da Guaicurus enfrentam inimigos bem definidos, como o exemplo da luta contra o fechamento dos hotéis, as divergências são colocadas de lado e elas se mobilizam para defenderem os interesses compartilhados. Além disso, aquelas que antes eram apáticas engajam-se. Dessa forma, no caso estudado, a presença de um inimigo bem definido faz com que a identidade coletiva seja reforçada em relação a ele. Contudo, as mobilizações diminuem com a latência do conflito. Por exemplo, a participação das trabalhadoras do sexo diminuiu com o impedimento do fechamento dos hotéis. Por isso, a manutenção e expansão da participação política é dificilmente compreendida apenas pela identidade coletiva.

A construção da identidade coletiva é facilitada pela intensidade da rede de relacionamento existente entre as prostitutas, como pode ser visto

na fala de Maria: “*Quando eu trabalhava nos hotéis eu sempre procurava fazer amizades. [...] Pois, se acontecer alguma coisa, a gente grita e quem escuta? As amigas*” (informação verbal).

Literalmente, como afirma Maria, quando uma prostituta é agredida quem a acode são as mulheres que ficam nos quartos ao lado. Quase metade das trabalhadoras do sexo que participaram do *survey* da PUC Minas reportaram que já foram violentadas devido à profissão¹⁸. A APROSMIG, inclusive, demandou que os hotéis tivessem seguranças e detectores de metais. Essa demanda originou-se depois que uma prostituta foi esfaqueada dentro do quarto e faleceu. Apesar de os hotéis terem atendido à reivindicação, os detectores raramente funcionam. Por isso, a articulação entre as prostitutas é essencial para a sobrevivência de cada uma delas.

Os laços entre as prostitutas não dependem do tempo de convivência que possuem. Como já abordado, diversas trabalhadoras que estão na Guaicurus são de fora da cidade. Além disso, os hotéis têm altíssima rotatividade. Na pesquisa da PUC Minas, por exemplo, 57,15% das mulheres trabalhavam a menos de 1 ano na área. Contudo, a necessidade de proteção faz com que exista solidariedade mesmo com as mulheres novas na região.

Quando eu estava no campo, por exemplo, uma das prostitutas passou mal e entrou em coma. No hospital, quando a equipe médica soube que ela era da zona, a encaminhou para doação de órgãos. A APROSMIG denuncia que há grupos de tráfico de órgãos extremamente organizados em Belo Horizonte e, como as profissionais do sexo entram nos hospitais com os nomes de guerra (falsos) elas se tornam vulneráveis a eles. Diante dessa situação, as mulheres da Guaicurus, associadas ou não à APROSMIG, protestaram contra o hospital e se mobilizaram para localizar a família da colega. Nessa situação, é evidente a importância das redes de solidariedade entre as prostitutas e o impacto delas para a participação; uma vez que tais redes, além de facilitarem a formação de uma identidade coletiva, se transpõem para ações políticas quando as prostitutas são ameaçadas (MISCHE 2003; DIANI, 2004). A intensidade destas redes tem, contudo, limitado o poder explicativo sobre a manutenção do engajamento. Semelhante ao

18 50,66% responderam que não foram violentadas, 47,37% responderam que sim e 1,97% não responderam.

que ocorre com a identidade coletiva, estas redes são mobilizadas diante de uma situação de violência específica e desmobilizadas quando a situação ganha um desfecho.

A interação das prostitutas com ONGs e universidades também é importante para entender a participação na Guaicurus. Por exemplo, todas as lideranças da APROSMIG começaram a participar após contato com o GAPA-MG¹⁹ e a associação nasce desse processo, conforme Cecília (nome fictício) relata:

E: O GAPA tinha uma parte que fazia a questão da prostituição. Então, nós começamos a nos reunirmos lá para montarmos a associação. [...] Aí conversei com o Roberto e falei: olha, não sei nem se você vai querer, que dá uma dor de cabeça violenta, mas [vamos participar] que é gostoso demais [...]

P: Mas você já conhecia [...], as pautas da Gabriela Leite, os debates sobre regulamentação... Como é que você ficou conhecendo esses debates?

E: Conheci através do GAPA mesmo, do Roberto. (informação verbal).

A entrevistada se refere ao Roberto Domingues, ex-presidente do GAPA-MG. A presença desse ativista na sua rede de relacionamentos fez com que ela tivesse um “padrinho”, ou seja, uma figura que lhe impregnasse com ideias que a motivaram à participação (SAWICKI; SIMÉANT, 2011). Além disso, a equipe do GAPA-MG atuou como uma ponte entre as prostitutas da Guaicurus e o movimento nacional de prostitutas; dessa forma, contribuiu com a criação de recursos culturais e com o compartilhamento de uma identidade coletiva entre elas (MISCHE, 2011). A reivindicação dos termos *prostituta* e *puta* é uma estratégia política da Rede Brasileira de Prostitutas²⁰ e as mulheres da Guaicurus que mais defendem o uso desses termos são as lideranças da APROSMIG que mais possuem contato com o movimento nacional.

A análise do papel das ONGs e universidades na promoção da participação na Guaicurus exemplifica como a compreensão do impacto das redes no engajamento é ampliada quando compreendemos, analiticamente, que

19 Como exposto no tópico anterior, essa era uma ONG que atuava com saúde preventiva na Guaicurus.

20 Conforme se verifica no vídeo “Porque Gabriela gosta da palavra puta/Why Gabriela prefers the word puta (whore)”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CvKkGPiXv0o>.

os indivíduos pertencem a diferentes redes/*clusters* (FILLIEULE, 2015). No caso analisado, as mulheres mais engajadas são aquelas cujas redes de relacionamento estão permeadas por outros ativistas políticos.

Ressalto, porém, que a sobreposição das redes familiar e de amizades com a profissional pode causar desengajamento. Para não se exporem publicamente enquanto *prostitutas*, e quebrarem o anonimato oriundo das suas vidas duplas, muitas mulheres se recusam a participar de ações políticas. Até na audiência pública promovida em 2004 contra a Prefeitura de Belo Horizonte, por exemplo, Barreto (2008, p. 18) relata que, “[...] a maioria delas [das profissionais do sexo] usava um capuz preto, que escondia o rosto”. Além disso, as trabalhadoras do sexo possuem dificuldade de manter laços pessoais. Indícios dessa dificuldade estão presentes nos dados da PUC Minas: a proporção de mulheres solteiras, divorciadas e viúvas entre as entrevistadas é de 86,52%, enquanto a proporção nacional é de 38,97%²¹. O machismo cria um binarismo entre mulheres boas/castas e ruins/putas, que faz ser aceitável “comer” uma prostituta, mas inimaginável namorar/conviver com uma (ROBERTS, 1998; LEITE, 2009). Os poucos laços pessoais existentes, logo, são condicionados ao anonimato proporcionado pela vida dupla.

Já a importância das retribuições pessoais para promoção do engajamento das mulheres da Guaicurus pode ser vista na fala de Ana (nome fictício), uma das lideranças da APROSMIG:

P: [...] como é que você passou a integrar a direção da APROSMIG?

E: [...] eu trabalhava em um quarto e a Eduarda [nome fictício] no outro. Éramos vizinhas. Aí ela me disse: você bem que podia ir para lá, Ana. Vai para lá, você está aqui há muito tempo, conhece todo mundo, tem muitos anos aqui. Aí eu fui né.

P: [...], mas por que você foi?

E: Ah, eu gosto muito de viajar né? Eu já viajei muito pela APROSMIG. Agora que a gente não está viajando mais né. Mas eu gosto de estrada [...]. E essas coisas da política passam a ser um divertimento para gente né? Por exemplo, eu fui para Brasília quatro vezes, ficando naqueles hotéis maravilhosos [...], conhecendo aqueles homens bacanas. Igual, eu sou apaixonada pelo Jean Wyllys, eu sou apaixonada naquele homem. Aquela menina que era ministra, Eleonora. Ô mulher bacana de você conversar com ela. É mulher simples, já de

21 PNAD 2015, considerando a faixa etária de 18 a 70 anos, que é a utilizada no survey da PUC Minas.

idade, mas simples, amável. [...] Eu gosto muito dessa discussão, de política, de falar, de ir atrás dos vereadores, de cobrar deles as coisas. (informação verbal).

As razões (para que se milita) e os motivos (o porquê milita) do engajamento podem ser diferentes, conforme discutido no tópico teórico (GAXIE, 2015). Ana possui a busca pelos direitos das prostitutas como a principal razão do seu engajamento. Contudo, a concordância ideológica com as pautas da APROSMIG não é, necessariamente, o motivo que explica a sua participação. A sua atuação política está embebida no sentimento de prazer que a militância lhe proporciona e, tal sentimento, representa uma forma de retribuição pessoal. Afinal, o engajamento nas ações da APROSMIG a permitiu viajar para a capital e conhecer pessoas do governo, de forma que a militância se tornou “uma forma de divertimento”.

Maria também exemplifica a importância das retribuições pessoais. Quando ela decidiu engajar-se politicamente, estava lutando contra a depressão. A entrevistada fez questão de salientar que a participação na associação a auxiliou a superar o adoecimento psíquico. Na APROSMIG, Maria pôde encontrar pessoas que passavam por situações semelhantes e, ao acolhê-las, ela acolhia a si mesma. A associação, desde então, tornou-se um espaço para lazer e convivência com outras trabalhadoras do sexo. Ou seja, a participação na APROSMIG foi acompanhada de benefícios invertidos para a esfera da vida privada e tal inversão ocorreu através da melhora das relações cotidianas (GAXIE, 2015).

Retribuições de caráter material e financeiro também são importantes para explicar a participação das mulheres da Guaicurus. Anteriormente, expus a importância de entidades do terceiro setor e universidades na promoção do associativismo na região. Estes grupos se aproximam das trabalhadoras do sexo geralmente pela oferta de serviços. Por exemplo, o GAPA-MG oferecia informações sobre saúde preventiva. Além disso, como parte do trabalho do grupo era treinar prostitutas como multiplicadoras das ações de prevenção à AIDS e outras DSTs, ele chegou a contratar algumas das trabalhadoras do sexo como agente de saúde. No mesmo período, a coordenadora da pesquisa “Putas Sedução”, mencionada no tópico anterior, contratou algumas trabalhadoras do sexo mediante bolsas de pesquisa (BARRETO, 2015). Assim, o contato das mulheres com esses grupos possibilitava o ganho de retribuições financeiras.

Tais retribuições, porém, não representam motivos para a manutenção do engajamento. Afinal, elas servem para atrair mulheres sem histórico de participação e, logo, sem “motivos” que sustentem a presença delas em ações políticas. Contudo, ao se aproximarem de grupos como o GAPA-MG, em busca de retribuições pessoais de caráter material e financeiro, as mulheres da Guaicurus se expõem a ambientes nos quais os direitos das prostitutas são debatidos, bem como passam a conhecer pessoas politicamente engajadas que podem atuar como “padrinhos” no processo de socialização política (SAWICKI; SIMÉANT, 2011).

Como já mencionado, por exemplo, a APROSMIG oferece camisinhas para as trabalhadoras do sexo (pacotes semanais), além de assistência jurídica e acompanhamento psicológico. Como parte da pesquisa de campo, trabalhei alguns dias da semana na APROSMIG com a oferta desses serviços. Quando uma trabalhadora do sexo chegava à sede da associação pela primeira vez, normalmente ela estava buscando camisinhas ou algum tipo de assistência. À medida que atendíamos as demandas apresentadas, também explicávamos o que era a associação e as pautas defendidas. Além disso, quando as mulheres retornavam para buscar mais camisinhas ou para dar continuidade à assistência oferecida, aproveitávamos para falar dos projetos que estavam acontecendo e/ou divulgávamos algum evento. Portanto, a oferta de retribuições pessoais era uma estratégia para atrair mais mulheres e socializá-las politicamente.

Por fim, os desenhos das instituições participativas também auxiliam a entender o engajamento. Todas as lideranças entrevistadas, por exemplo, já participaram de conferências (municipais, estaduais e nacionais). Além disso, algumas fizeram parte de reuniões do orçamento participativo e de conselhos (municipais e nacionais). Contudo, nenhuma delas começou sua militância em um desses espaços. O contato que elas possuem com eles, majoritariamente, ocorreu após a criação da associação. Apesar deste limite, as instituições participativas foram responsáveis pela expansão do engajamento das lideranças, que citaram tais espaços como locais de aprendizagem sobre o funcionamento do Estado. Cecília, por exemplo, relatou que “[...] ia de curiosa mesmo, para ver o que o povo estava falando e aprender a falar igual”. As IPs, também, foram citadas como espaços

de intercâmbio de saberes com outros movimentos sociais. Excetuando-se os conselhos, cujo desenho exige dos integrantes conhecimento técnico sobre as políticas públicas às quais se referem, as demais instituições participativas analisadas (orçamento participativo e conferências) conseguiam abraçar os saberes das mulheres da Guaicurus. Ainda, ao permitirem o encontro entre diferentes movimentos sociais, as IPs se tornavam fóruns para o fortalecimento de “laços de solidariedade” entre as prostitutas e outros movimentos (WAMPLER, 2011).

Em relação aos desenhos específicos dos conselhos, conferências e orçamentos participativos, o primeiro foi o menos importante para ampliar o engajamento das prostitutas. Por exigir conhecimento técnico sobre a política tratada e, como a escolaridade não é alta entre elas, havia dificuldade destas mulheres em ocuparem tais IPs. Assim, os dados vão ao encontro do que a literatura afirma sobre a capacidade dos conselhos em promoverem a participação, já que eles são vistos como os menos capazes de incluir novos atores na esfera política (LUCHMANN; BORBA, 2008; VAZ, 2013).

Porém, a definição do orçamento participativo como um dos desenhos mais democratizantes, conforme ocorre na literatura, não se repete na realidade das profissionais do sexo entrevistadas (ABERS, 2000; FUNG; WRIGHT, 2001). Em Belo Horizonte, o OP já teve força considerável. Ele começou em 1993, com 15.216 participantes e, entre 2009 e 2010, esse número subiu para 44.000 pessoas (BELO HORIZONTE, 2008). O período de ascensão do orçamento participativo também foi o início do engajamento das lideranças da APROSMIG (considerando que a associação foi formalizada em 2009). Contudo, o OP não despertou significativamente o interesse delas. Na verdade, apenas uma das lideranças o acompanhou de perto.

A luta das profissionais do sexo se distingue da proposta do orçamento participativo. Enquanto o OP consiste na definição do orçamento local e se relaciona com o debate sobre a territorialização de políticas públicas e melhorias locais (ABERS, 2000; AVRITZER, 2008), as prostitutas lutam pela alocação de valores na sociedade (contra a “putafofia”) e por direitos trabalhistas (regulamentação). Por esse motivo, tal instituição participativa não conseguiu agregar muitas trabalhadoras do

sexo. Além disso, participar de uma ampla discussão local aumenta o risco de elas serem reconhecidas por clientes e familiares; como discutido anteriormente, essa exposição pública é acompanhada pelo aumento da probabilidade de as prostitutas serem violentadas.

Já as conferências se destacam como a instituição participativa que mais amplia o engajamento das profissionais do sexo. O desenho dessas IPs permite a promoção de fóruns de debate e o encontro entre as prostitutas e outros movimentos sociais (e entre esses e o Estado). Assim, tal desenho também torna possível a ampliação dos laços de solidariedade existentes entre os atores da sociedade civil. Saliento que as conferências podem ser políticas focalizadas, ou seja, elas conseguem abordar especificamente a pauta dos grupos marginalizados e integrá-los ao processo de decisão, como ocorre com as conferências de mulheres, LGBT, de igualdade racial, indígenas, idosos, juventude etc. (POGREBINSCHI, 2012). As lideranças da APROSMIG participaram, principalmente, de conferências de mulheres, direitos humanos e LGBT, espaços nos quais a pauta do movimento de prostitutas costuma ser relativamente mais aceita devido a articulações anteriores entre os movimentos sociais. Dessa forma, essas conferências também são espaços nos quais tais mulheres possuem menor probabilidade de serem discriminadas e nos quais elas conseguem acumular apoio (o que aumenta a motivação para a participação neles). O conjunto destes fatores (possibilidade de intensificação de laços de solidariedade e focalização da política), por fim, é o responsável pelo impacto que as conferências possuem sobre a participação das prostitutas.

5 À guisa de conclusão

Finalmente, busco avançar no argumento apresentado, na introdução deste trabalho, de que a resposta à pergunta “por que as prostitutas da Guaicurus participam?” pode ser melhor obtida com a análise de fatores explicativos oriundos de diferentes modelos analíticos sobre a participação ao invés da aplicação de uma única perspectiva sobre o tema. Por isso, a conclusão deste artigo segue com uma reflexão sobre como esses fatores interagem, pensando na possibilidade de um modelo explicativo para a participação. Além disso, considero como esses fatores se relacionam com

três fases da participação política: iniciação, manutenção e ampliação. A primeira é definida pelo contato inicial das mulheres com algum tipo de ação/grupo político. Já a segunda destaca os fatores que promovem a continuidade desse contato. A fase de ampliação representa a expansão da participação das prostitutas para novas esferas e o contato com diferentes associações/movimentos sociais. Destaco que as duas últimas fases ocorrem simultaneamente, já que, para a expansão da participação ocorrer, ela precisa ter determinado grau de continuidade.

Ressalto que o desafio de pensar um modelo para a participação já é enfrentado por outros autores, como no trabalho de Silva e Ruskowski (2016). O modelo que eles propõem considera a socialização prévia oriunda da posição do indivíduo na sociedade; a existência de mediadores; a interação dos indivíduos com grupos engajados; o alinhamento identitário e; as retribuições. Contudo, o modelo desses autores se refere ao engajamento militante, isto é, eles excluem a participação política pontual. Neste artigo, considere a participação em ações coletivas mesmo quando elas não geravam um ativismo contínuo. Como explicado anteriormente, embora a identidade coletiva e a mobilização das redes locais possam explicar a participação durante momentos de conflito, a ausência de inimigos bem definidos e o medo da exposição pública (sobreposição das redes familiar e de amigos com a profissional) pode gerar desengajamento. Por isso, nem todos os sujeitos de pesquisa transitaram da fase de iniciação para a manutenção e ampliação da participação.

Ressalto, ainda, que nos anos 1960, diversas autoras feministas questionaram a concepção (neo)positivista de ciência, que busca garantir a neutralidade durante a pesquisa e tem como primazia a observação de relações causais entre variáveis. Nessa concepção de ciência, a análise das relações causais deve procurar afirmações gerais e universais da realidade. Logo, na visão neo(positivista) a construção de modelos explicativos tem como objetivo afirmar qual é “verdadeira” forma de explicar o mundo e, historicamente, serve para universalizar experiências europeias, masculinas e capitalistas (HARAWAY, [1995] 2009; COLLINS, 2002). Neste trabalho, o uso de modelos não está relacionado com a busca por explicações universais. Diferentemente, me embaso no artigo de Potochnik (2012). Segundo essa autora, a

lógica de *model-based science* pode fortalecer os estudos feministas quando os modelos são entendidos como traduções de representações parciais da realidade, cujo foco é o diálogo com outros modelos (e não a similaridade com a totalidade da realidade). Assim, quando falo em modelo explicativo, estou objetivando traduzir corporificadamente e parcialmente a realidade.

Feitas essas ressalvas, argumento que, no caso analisado, quase todos os fatores explicativos analisados estão presentes nas fases de iniciação, manutenção e ampliação da participação política. Os desenhos institucionais das IPs são o único fator explicativo que aparece apenas na manutenção e ampliação, já que eles não demonstraram poder explicativo para promover o início do engajamento das prostitutas. Porém, a forma como os fatores explicativos interagem entre si, para produzirem o resultado destacado (iniciação, manutenção e ampliação), é diferente.

Em relação à iniciação, a identidade coletiva pode permitir que mulheres outrora apáticas participem de suas primeiras ações/atos políticos, especialmente em casos nos quais há um inimigo comum e bem delimitado que ameaça o cotidiano delas. Já as redes auxiliam a gerar o primeiro contato das trabalhadoras do sexo com o engajamento tanto por meio dos padrinhos, que, no caso analisado, eram pessoas de outros grupos sociais (universidades e entidades do terceiro setor), quanto pela intensa relação existente entre as prostitutas. No primeiro caso, os padrinhos representam o intercâmbio com grupos com recursos materiais e informacionais diferenciados e a troca com eles tem mobilizado lideranças na Guaicurus. No segundo, as intensas redes entre as prostitutas fazem com que elas se mobilizem em torno da proteção mútua. Além disso, as redes facilitam o compartilhamento, entre elas, de uma identidade coletiva (interação entre a identidade coletiva e as redes). Ainda, a fase de iniciação também é marcada pelas retribuições, pois o contato das prostitutas sem histórico de engajamento com os padrinhos ou com a APROSMIG é facilitado pela busca de retribuições pessoais, como o recebimento de bolsas, informações, camisinhas etc. (interação entre redes e retribuições).

Em relação à manutenção da participação, a identidade coletiva sustenta o engajamento à medida que o alinhamento das identidades pessoais e as coletivas se fortalece. Já as redes se tornam uma forma de retribuição.

Isso ocorre porque a militância permite a expansão das redes de amizades, já que facilita o contato com novas pessoas, e tal expansão se torna uma retribuição pessoal que auxilia a manter a participação. Por fim, os desenhos institucionais das IPs, especialmente das conferências, permitem a expansão das redes de contato, como será visto na fase de ampliação. Dessa forma, estes desenhos também contribuem para a manutenção da participação, pois auxiliam a elevar a retribuição que se refere ao aumento das redes de relacionamento.

Por fim, em relação à ampliação da participação, a identificação das mulheres da Guaicurus com grupos/atores do movimento nacional de prostitutas, como a Gabriela Leite, impulsiona o engajamento da esfera local para a nacional. Assim, a identidade coletiva pode funcionar para ampliar a participação. Essa identificação é facilitada pelo aumento das redes de relacionamento. Por exemplo, no tópico anterior foi citado o caso de Cecília, liderança da APROSMIG alinhada com os temas nacionais do movimento de prostitutas e que tomou conhecimento deles a partir de sua interação com o GAPA-MG (interação entre identidade e redes). Considerando isso, a ampliação das redes permite que a participação se expanda para além das arenas locais. Além disso, tal ampliação também auxilia a aumentar o peso da retribuição pessoal, pois ela permite que as prostitutas conheçam deputados, ministros, vereadores e outras figuras importantes e sejam ouvidas por eles (interação entre redes e retribuições). Por fim, como os desenhos das instituições participativas proporcionam o contato com o Estado e outros movimentos (especialmente os nacionais), eles também permitem que a inserção das mulheres da Guaicurus em diferentes redes engajadas se amplie e, com isso, a própria participação política (interação entre IPs e redes).

Referências

- ABERS, R. **Inventing local democracy**: grassroots politics in Brazil. United States: Lynne Rienner Publishers, 2000.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- APROSMIG. **Cartilha “Prostitutas contra a violência.”** Belo Horizonte, 2017.

AVELAR, L. Participação política. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. (org.). **O Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Unesp, 2007. p. 223-235.

AVRITZER, L. **A participação em São Paulo**. São Paulo: Unesp, 2004.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.

AVRITZER, L. **Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

BARRETO, L. **Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias sociais e enframamentos no contexto de Belo Horizonte**. Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BARRETO, L. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte**. Orientadora: Miriam Pillar Grossi. 2015. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Orçamento Participativo de Belo Horizonte - 15 anos**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2008.

BENFORD, R.; SNOW, D. Framing processes and social movements: An overview and assessment. **Annual review of sociology**, v. 26, n. 1, p. 611-639, 2000.

BLUMER, H. **Symbolic Interactionism: Perspective and Method**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1969.

COHEN, J. Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements. **Social Research**, v. 52, n. 4, p. 663-716, 1985.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. New York: Routledge, 2002.

CUNHA, E. S. **Conferências de políticas públicas e inclusão participativa**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

DIANI, M. Networks and participation. In: SNOW, D.; SOULE, S.; KRIESI, H. (org.). **The Blackwell companion to social movements**. Oxford: Blackwell Publishin, 2004. p. 339-359.

EMIRBAYER, M. Manifiesto en pro de una sociología relacional. **Revista CS en Ciencias Sociales**, n. 4, p. 285-329, 2009.

EMIRBAYER, M.; MISCHÉ, A. What Is Agency?. **The American Journal of Sociology**, v. 103, n. 4, p. 962-1023, 1998.

FILLIEULE, O. Propuestas para un análisis procesual del compromiso individual. **Intersticios: Revista Sociológica de Pensamiento Crítico**, v. 9, n. 2, p. 197-212, 2015.

FONSECA, Marcelo da. Campanha segue em ritmo acelerado em Belo Horizonte. **Estado de Minas**, 19 ago. 2016. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/08/19/interna_politica,795378/campanha-em-ritmo-acelerado.shtml. Acesso em: 17 jan. 2017.

FUNG, A.; WRIGHT, E. Deepening Democracy: Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance. **Politics & Society**, v. 29, n. 1, p. 566-569, 2001.

GAVENTA, J.; BARRETT, G. So What Difference Does It Make? Mapping the Outcomes of Citizen Engagement. **IDS Working Papers**, n. 347, p. 1-72, 2010.

GAXIE, D. Retribuiciones de la militancia y paradojas de la acción colectiva. **Intersticios – Revista Sociológica de Pensamiento Crítico**, v. 9, n. 2, p. 131-153, 2015.

HARAWAY, D. [1995]. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos de Pagu**, n. 5, p. 7-41, 2009.

HESSE-BIBER, S.; GRIFFIN, A. Feminist approaches to multimethod and mixed methods research: theory and praxis. In: HESSE-BIBER, S.; JOHNSON, B. R. (org.). **The Oxford Handbook of Multimethod and Mixed Methods Research Inquiry**. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 72-90.

HESSE-BIBER, S. Feminist Approaches to Triangulation: Uncovering Subjugated Knowledge and Fostering Social Change in Mixed Methods Research. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 6, p. 137-146, 2012.

HUND, S.; BENFORD, R. Collective identity, Solidarity and Commitment. In: SNOW, D.; SOULE, S.; KRIESI, H. (org.). **The Blackwell companion to social movements**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p. 433-457.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** [online], 2012. Disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 25 dez. 2017.

LEITE, G. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LENZ, F. Gabriela Leite, prostituta que viveu e promoveu a liberdade. **Revista em Pauta**, v. 12, n. 34, p. 209-215, 2004.

LUCHMANN, L. H. H.; BORBA, J. Participação, desigualdades e novas institucionalidades: uma análise a partir de instituições participativas em Santa Catarina. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 44, p. 58-68, 2008.

MELUCCI, A. Getting involved: identity and mobilization in social movements. In: KLANDERMANS, B.; KRIESI, H.; TARROW, S. (org.). **From structure to action: comparing social movement research across cultures**. London: Jai Press Inc, 1988. p. 329-348.

MELUCCI, A. The Process of Collective Identity. In: JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. (org.). **Social Movements and Culture**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995. p. 41-63.

MELUCCI, A. **Challenging codes**: Collective action in the information age. United Kingdom: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MILBRATH, L. **Political participation**: how and why do people get involved in politics? Chicago: Rand McNally and Company, 1965.

MISCHE, A. Cross-talk in Movements: Reconceiving the Culture-Network Link. *In*: DIANI, M.; MCADAM, D. (org.). **Social Movements and Networks**: Relational Approaches to Collective Action. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 258-280.

MISCHE, A. Relational Sociology, Culture and Agency. *In*: SCOTT, J.; CARRINGTON, P. J. (org.). **The SAGE Handbook of Social Network Analysis**. Los Angeles: SAGE, 2011. p. 80-97.

NARAYAN, U. O projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. *In*: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. (org.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 276-292.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 1999.

POGREBINSCHI, T. **Conferências nacionais e políticas públicas para grupos minoritários**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

POTOCHNIK, A. Feminist implications of model-based science. **Studies in History and Philosophy of Science**, v. 43, n. 2, p. 383-389, 2012.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. Inventário da Sociologia do Engajamento Militante: Nota Crítica Sobre Algumas Tendências Recentes Dos Trabalhos Franceses. **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 200-255, 2011.

SILVA, M.; RUSKOWSKI, B. Conditions and mechanisms of the activist engagement: an analytical model. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 21, p. 187-226, 2016.

UM BEIJO PARA GABRIELA. **Porque Gabriela gosta da palavra puta/Why Gabriela prefers the word puta (whore)**. 1 vídeo (3 min. 52 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CvKkGPiXv0o>. Acesso em: 5 dez. 2017.

VAZ, A. C. N. Modelando a participação social: uma análise da propensão à inserção em Instituições participativas, a partir de características socioeconômicas e políticas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 10, p. 63-106, 2013.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.; BRADY, H. **Voice and equality**: civic voluntarism in American politics. Massachusetts: Harvard University Press, 1995.

WAMPLER, B. Que tipo de resultados devemos esperar das instituições participativas?. *In*: PIRES, R. **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011. p. 43-52.

Recebido em 10/05/2019
Aprovado em 14/07/2020

What promotes political participation? a case study with prostitutes from guaicurus

Abstract

Prostitutes are among the most vulnerable women in society and, in Brazil, they are mostly black women with low education. Because of this profile, studies about political behavior would predict that this social group would be less politically active. However, prostitutes' organizations have grown and expanded all over Brazil. What has promoted the engagement of these women? The article explores this question through a case study about the political participation of the women of the Guaicurus Street, located in Belo Horizonte and one of the biggest areas of prostitution of the Brazil, with special attention to the Association of Prostitutes of Minas Gerais (APROSMIG). I argue that the participation of prostitutes is explained by the interaction between four factors: collective identity, networks, retributions, and participatory institutions' designs. I also argue these factors constitute three phases of political participation: initiation, maintenance, and expansion.

Keywords: Participation. Associativism. Prostitution. Social Movements. Political Behavior.